

Procurador considera ilegal Unicamp cobrar por perícias

O coordenador de promotorias criminais da Procuradoria de Justiça de São Paulo, Mário Papaterra Limogi, afirmou ontem que a recusa da Unicamp em fazer perícias gratuitamente ao Poder Judiciário é, "a rigor", ilegal. "A recusa pode ser enquadrada como descumprimento de decisão judicial, o que pode dar de três meses a um ano de prisão", disse Papaterra. Ele afirmou, contudo, que se a recusa não for intencional - se o perito não tiver condições de fazer o trabalho -, não há crime. "A Unicamp pode se dizer impossibilitada de fazer a perícia, mas não pode dizer que é desobrigada", resumiu.

Na interpretação da universidade, quem está obrigado a fazer perícia são os institutos de medicina legal e de criminalística. Mas, segundo Papaterra, a Polícia Técnica não dispõe de um laboratório que faça confrontação de vozes. "O grande problema é esse", comentou.

Um parecer da Procuradoria da Unicamp estabelece que a universidade "não está obrigada, por falta de previsão legal, a atender todos os pedidos [de perícia]". Essa atitude está sendo

questionada pelo juiz Eduardo Klausner, de Saquarema (RJ). Ele está pedindo abertura de processo criminal contra o coordenador do Laboratório de Fonética Forense da Unicamp, Ricardo Molina de Figueiredo, por se recusar a fazer gratuitamente a análise de uma fita cassete que seria usada como prova em um processo criminal.

Pagamento

Para a Procuradoria da Unicamp, o pagamento é "necessário e legítimo", já que "os recursos orçamentários de que dispõe são destinados à manutenção de suas atividades de ensino, pesquisa e administrativa", conforme nota enviada ontem ao **Diário**.

Klausner declarou que enviou à Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo pedido de abertura de processo criminal contra o laboratório. "Não recebi nada, mas evidentemente abriria inquérito. Só é preciso investigar se há dolo ou não", disse Papaterra. Segundo a Unicamp, a realização de perícia depende da disponibilidade dos professores, do interesse científico do caso e da existência de recursos.

Unicamp cobrar por perícias Procurador considera ilegal

Questionado pelo juiz Edmaro Klavner de Sacramento (RJ), o Estado de São Paulo cobra por perícias criminais. O procurador do Estado de São Paulo, Roberto de Mello, afirma que a cobrança é ilegal, pois a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular.

Argumento

Para o Procurador do Estado de São Paulo, a cobrança de honorários por perícias criminais é ilegal, pois a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular. O argumento é que a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular.

Klavner declarou que em 1980 o Procurador do Estado de São Paulo cobrou por perícias criminais. O argumento é que a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular. O argumento é que a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular.

O coordenador de perícias do Estado de São Paulo, Roberto de Mello, afirma que a cobrança é ilegal, pois a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular. O argumento é que a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular.

Na interpretação da Constituição, o Estado de São Paulo cobra por perícias criminais. O argumento é que a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular. O argumento é que a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular.

Um parecer do Procurador do Estado de São Paulo afirma que a cobrança é ilegal, pois a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular. O argumento é que a pericia é uma atividade de natureza pública, e não pode ser cobrada como serviço particular.

Badan é acusado de reter verba para o caso Perus

Por motivos políticos, legista estaria bloqueando dinheiro do governo estadual para identificação de guerrilheiros mortos

O deputado estadual Renato Simões (PT) acusou ontem o legista da Unicamp Fortunato Badan Palhares de estar bloqueando R\$ 30 mil da Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de retardar, por motivos políticos, o exame das ossadas de mortos do regime militar, encontradas em 90 no cemitério clandestino de Perus, em São Paulo. Além disso, Badan ainda estaria tentando se apropriar de parte de outra verba pública.

Apesar de não ter retirado o dinheiro destinado à identificação, Badan ainda estaria pedindo ao Ministério da Justiça R\$ 150 mil para mais um ano de análise. "Desse montante, R\$ 33.750,00 estão previstos para complementação salarial do Badan e do seu colega, José Zappa". Como Badan não pretendia terminar a identificação, Simões acha que a complementação seria indevida.

As ossadas foram encontradas em 1º de dezembro de 90. No mesmo mês, o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, por meio de convênio entre a universidade, a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Segurança Pública, ficou encarregado de identificar o material. Desde então, seis ossadas foram reconhecidas e outras três estão sendo analisadas.

O deputado, assim como familiares das vítimas do regime militar, afirma que esse atraso é resultado de pressão do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, aceita por Badan Palhares. Maluf era prefeito



Ossadas chegaram em 92: ex-prefeita Erundina e parentes de vítimas da ditadura vieram à Unicamp

indicado durante o governo Médici, quando houve o maior número de execuções de adversários da ditadura militar.

O deputado apresentou um suposto indício dessa demora proposital. Segundo ele, em novembro do ano passado, a Secretaria de Segurança Pública destinou R\$ 30 mil ao o Departamento de Medicina Legal, para serem utilizados na identificação das ossadas. A verba, contudo, ainda não foi retirada.

"O Badan sempre relacionou a

demora dos trabalhos à falta de recursos para se fazer exames de DNA", disse Simões. Segundo ele, um exame desse tipo custa R\$ 5 mil.

Apesar de os R\$ 30 mil ainda não terem sido retirados, o Departamento de Medicina Legal está estabelecendo um convênio com o Ministério da Justiça, para receber verba de R\$ 150 mil.

O deputado afirma ter um fax do Ministério da Justiça, que cita uma carta do legista detalhando a utilização de R\$ 150 mil. Simões critica esse suposto pedido de ver-

bas. "O Badan não foi buscar os R\$ 30 mil e pede mais dinheiro", questionou.

Simões contou que em 13 de setembro de 95, o reitor da Unicamp, José Martins Filho, baixou uma portaria criando uma comissão para acompanhar os trabalhos do legista.

"Em nenhum momento Badan Palhares entregou relatório a essa comissão", declarou o deputado. "Não apresentou custos, nem disse os passos que estavam sendo dados no trabalho", acrescentou.

Verba para o caso Perno

Badam é acusado de reter



Por motivos políticos
estava sendo
obedecido o chefe
do governo estadual
na identificação de
delinquentes presos

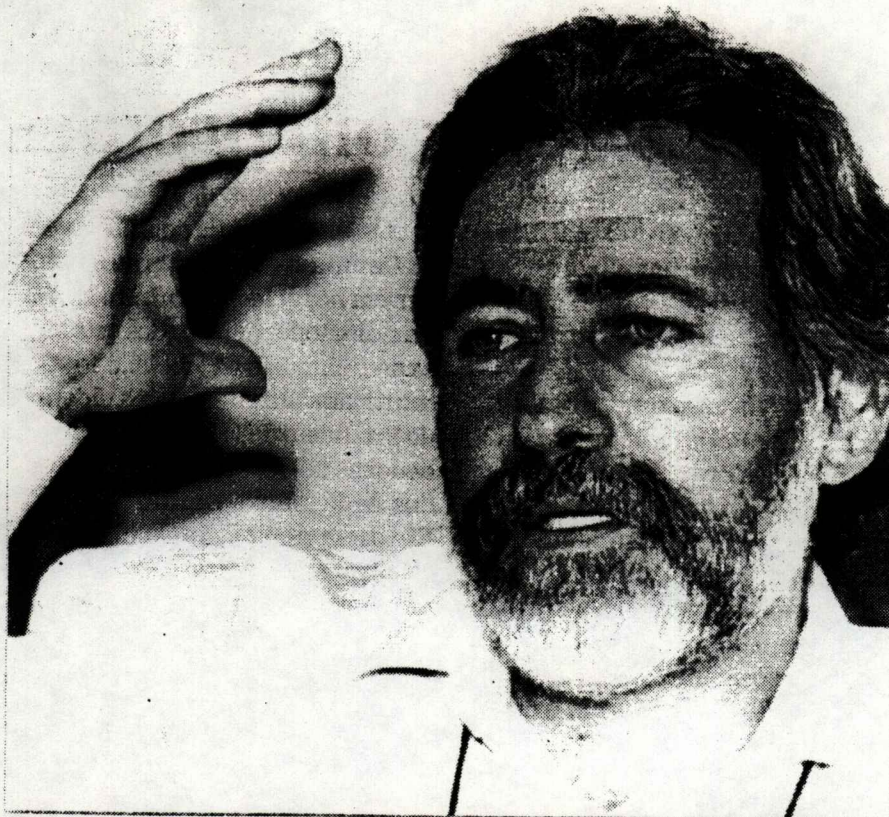
RICHARDO MEIRELES

O deputado estadual Raimundo Badam, 52 anos, de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual. O caso envolve a identificação de presos em uma prisão estadual. O deputado estadual Raimundo Badam, 52 anos, de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual.

Badam, deputado estadual de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual. O caso envolve a identificação de presos em uma prisão estadual. O deputado estadual Raimundo Badam, 52 anos, de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual.

O deputado estadual Raimundo Badam, 52 anos, de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual. O caso envolve a identificação de presos em uma prisão estadual. O deputado estadual Raimundo Badam, 52 anos, de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual.

Escolas chegaram em 2002, a maioria em um estado e outros em outros estados. O deputado estadual Raimundo Badam, 52 anos, de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual. O caso envolve a identificação de presos em uma prisão estadual. O deputado estadual Raimundo Badam, 52 anos, de São Paulo, foi acusado de reter informações sobre a identificação de presos em uma prisão estadual.



Badan Palhares se defende: "Inverdade e oportunismo político"

Legista nega as acusações

O legista Fortunato Badan Palhares negou todas as acusações do deputado estadual Renato Simões (PT). Segundo ele, as análises ainda não foram concluídas porque os pesquisadores não conseguiram retirar o DNA das ossadas. Ele classificou as denúncias do parlamentar de "uma inverdade e um oportunismo político".

O professor da Unicamp afirmou que não caberia a ele retirar os R\$ 30 mil liberados pela Secretaria de Segurança Pública, já que o chefe do Departamento de Medicina Legal era e ainda é o professor Paulo Roberto de Souza. Além disso, segundo o legista, só "recentemente" chegou o aviso de que a verba estava depositada.

Badan ressaltou que, por iniciativa própria, se desligou dos exames das ossadas desde abril, para que fossem apuradas denúncias de que ele estaria retardando a conclusão da perícia. **O legista afirmou que só colabora nos trabalhos quando solicitado.**

Assim, argumentou, não teria

conhecimento do detalhamento dos R\$ 150 mil previstos no convênio entre Unicamp e Ministério da Justiça. Segundo ele, a verba é destinada à instalação de um laboratório de exames de DNA no Departamento de Medicina Legal.

Badan afirmou que o convênio é de responsabilidade do reitor da universidade, e seu orçamento foi detalhado pela Procuradoria Geral da universidade.

O legista da Unicamp negou ainda que não tenha comunicado o rumo de seus trabalhos à universidade ou aos familiares das vítimas do regime militar.

Ele afirmou que participou de várias reuniões, com a presença inclusive do deputado Renato Simões, expondo as etapas da identificação das ossadas.

Segundo Badan, o deputado tem conhecimento das correspondências entre o DML e laboratórios científicos, mostrando as dificuldades de se retirar o DNA das ossadas.

(RM)



Badan Polharez se defende: "Inverdade e oportunismo político"

Legista nega as acusações

conhecimento do detalhamento das R\$ 150 mil previstas no convênio entre Unicef e Ministério da Saúde. Segundo ele, a verba é destinada a instalação de um laboratório de exames de DNA no Departamento de Medicina Legal.

Badan afirmou que o convênio é de responsabilidade do governo, e que a Unicef não tem qualquer participação na elaboração do projeto. O leste da Unicef negou ainda que não tenha conhecimento de uma suposta transferência de verba de uma instituição para outra.

Ele afirmou que participou de várias reuniões com a presença inclusive do deputado Renato 21, mas, segundo as fontes da Unicef, não foram usadas.

Segundo Badan, o deputado tem conhecimento das correções feitas entre o DNA e laboratório de exames de DNA das células de se retirar o DNA das células.

O leste afirmou Badan F. há meses negou todas as acusações do deputado estadual Renato 21, inclusive de que ele teria recebido R\$ 150 mil para instalar um laboratório de exames de DNA no Departamento de Medicina Legal. Ele afirmou que as denúncias do parlamentar de "uma inversão de um oportunismo político".

O professor da Unicef afirmou que não poderia se retirar os R\$ 60 mil liberados pela Secretaria de Segurança Pública para o chefe do Departamento de Medicina Legal, e ainda o professor Paulo Roberto de Souza. Além disso, segundo o leste, o "exame" não é uma análise de "exame" e sim de "exame" que a verba estava depositada.

Badan ressaltou que, por iniciativa própria, se desligou dos exames das células desde abril para que fossem usadas apenas para o que ele estava realizando a conclusão da perícia. O leste afirmou que se colhe as células quando solicitado. Assim, argumentou, não teria

PROTESTO

Adunicamp ameaça sair do 'caso Perus'

Motivo é o descontentamento com a inoperância e falta de transparência da equipe, comandada pelo médico legista Fortunato Badan Palhares

RICARDO MEIRELLES

A Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp) quer se retirar da comissão que acompanha os trabalhos do legista Fortunato Badan Palhares, responsável na identificação das ossadas do cemitério de Perus. A medida é em protesto contra o que considera inoperância e falta de transparência da análise do material. A decisão deve ser confirmada amanhã, em reunião ordinária da entidade.

As ossadas de mortos desaparecidos no regime militar foram encontradas em 1990 no cemitério clandestino de Perus, em São Paulo. Desde 1º de dezembro daquele ano, o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, por meio de convênio entre a universidade, a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Segurança Pública, ficou encarregado de examinar o material. Duas ossadas já foram identificadas e três estão sendo analisadas.

Em setembro do ano passado, quando surgiram acusações de que Badan Palhares, por razões políticas, estaria retardando a análise, a reitoria da Unicamp

criou uma comissão para acompanhar os trabalhos do legista.

"Já pedimos informações sobre o andamento dos trabalhos para a presidência da comissão e não obtivemos resposta. Não recebemos de Badan Palhares um relatório que era para ficar pronto em março", afirmou o professor Lino Castellani Filho, representante da Adunicamp na comissão. O grupo é formado também pelo próprio Badan, pelo chefe de gabinete adjunto, Antônio Salvador Pedretti, e pelo procurador da universidade, Octacílio Machado Ribeiro (presidente).

"A comissão até agora não produziu nada de prático, a não ser um debate confuso e uma promessa de relatório", criticou Castellani. "Não queremos legitimar essa inoperância".

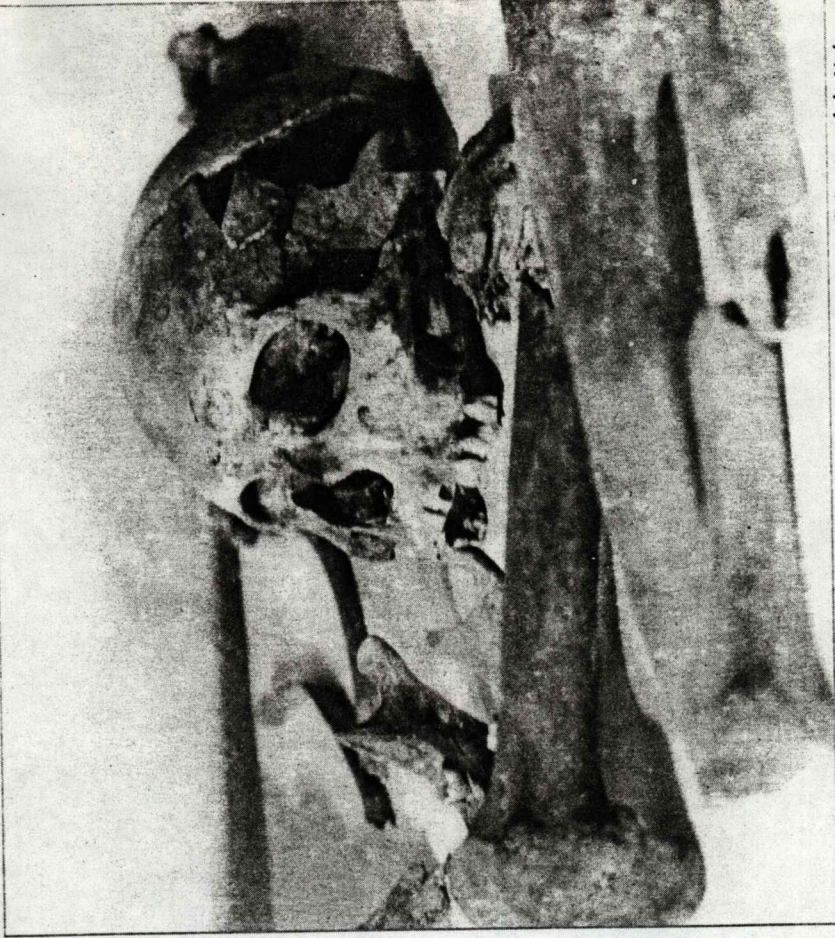
Segundo a Adunicamp, a comissão negociou com Badan Palhares, em 22 de fevereiro, um prazo de 15 dias para que o legista entregasse um relatório de seus trabalhos. Até agora, de acordo com Castellani, não foi enviado nada. "Cobramos da presidência da comissão e da reitoria a entrega do relatório. Não obtivemos resposta alguma", de-

clarou o representante da Adunicamp.

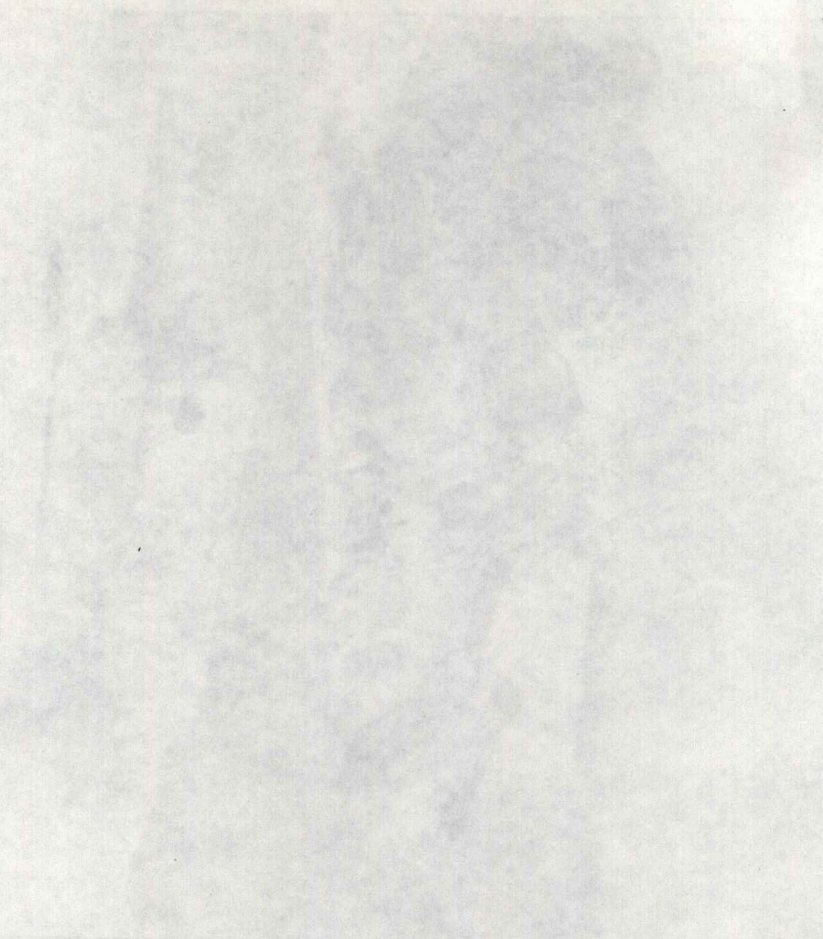
Em boletim divulgado na semana passada na Unicamp, a Adunicamp sugere que a falta de transparência conta com a conivência do reitor da universidade, José Martins Filho. Até o início da noite de ontem, a universidade ainda não havia enviado uma resposta a essas acusações.

A notícia de desligamento da Adunicamp vem se juntar a denúncias do deputado estadual Renato Simões (PT) de que Badan Palhares estaria retendo R\$ 30 mil da Secretaria de Segurança Pública, destinados à continuidade das análises. Além disso, o parlamentar ainda acusa o legista de pretender se apropriar indevidamente de cerca de R\$ 17 mil, previstos em um convênio que oferece R\$ 150 mil ao Departamento de Medicina Legal.

A Unicamp contesta as acusações. Segundo a universidade, os R\$ 30 mil ainda não estão "disponíveis para uso". Além disso, os R\$ 150 mil iriam para a instalação de um laboratório de exames de DNA no Departamento de Medicina Legal. Para a Unicamp, as acusações seriam eleitoreiras.



Desde 90, as ossadas estão para ser analisadas pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp



Содержание

Содержание

Содержание

Содержание

OSSADAS

Unicamp contesta acusação contra Badan

Universidade esclarece que a verba de R\$ 30 mil para identificação e análise das ossadas de Perus, só foi liberada anteontem pelo Estado

A Unicamp contestou, em nota oficial divulgada ontem, as acusações feitas pelo deputado estadual Renato Simões (PT) contra Fortunato Antônio Badan Palhares, legista da universidade, que estaria retendo os R\$ 30 mil da Secretaria de Segurança Pública, destinados ao Departamento de Medicina Legal para a continuação da análise e identificação das ossadas de Perus.

A nota, assinada pela Procuradoria Geral da Unicamp, esclarece que apesar desse valor ter sido empenhado em 6 de dezembro do ano passado, ela só tomou conhecimento da liberação da verba anteontem. "A previsão orçamentária de um recurso não quer dizer que sua liberação tenha sido efetivada. O dinheiro ainda não está disponível para uso", diz a nota.

A universidade também se defende da acusação de que a demora nos trabalhos de identificação das ossadas tenha motivos

políticos. Segundo a nota, enviada por fax, "afirmar que o suposto atraso da análise das ossadas beneficia este ou aquele candidato é apenas um sintoma de que o referido parlamentar politizou a questão e transferiu-as para o campo da disputa eleitoral próxima, atingindo assim não só a dignidade de um profissional como também, por extensão, a própria Unicamp".

O convênio que está prestes a ser firmado entre a Unicamp e o Ministério da Justiça é outro aspecto destacado no comunicado da Unicamp. O texto da nota diz que a afirmação de que Badan estaria se apropriando de parte dos recursos nele previstos é calúnia.

"Convênios de prestação de serviços podem especificar, em seu plano de aplicação, conforme prevê a legislação da Unicamp desde 1985, um percentual para o pagamento de recursos humanos (destinado a prover inclusive, a eventual neces-

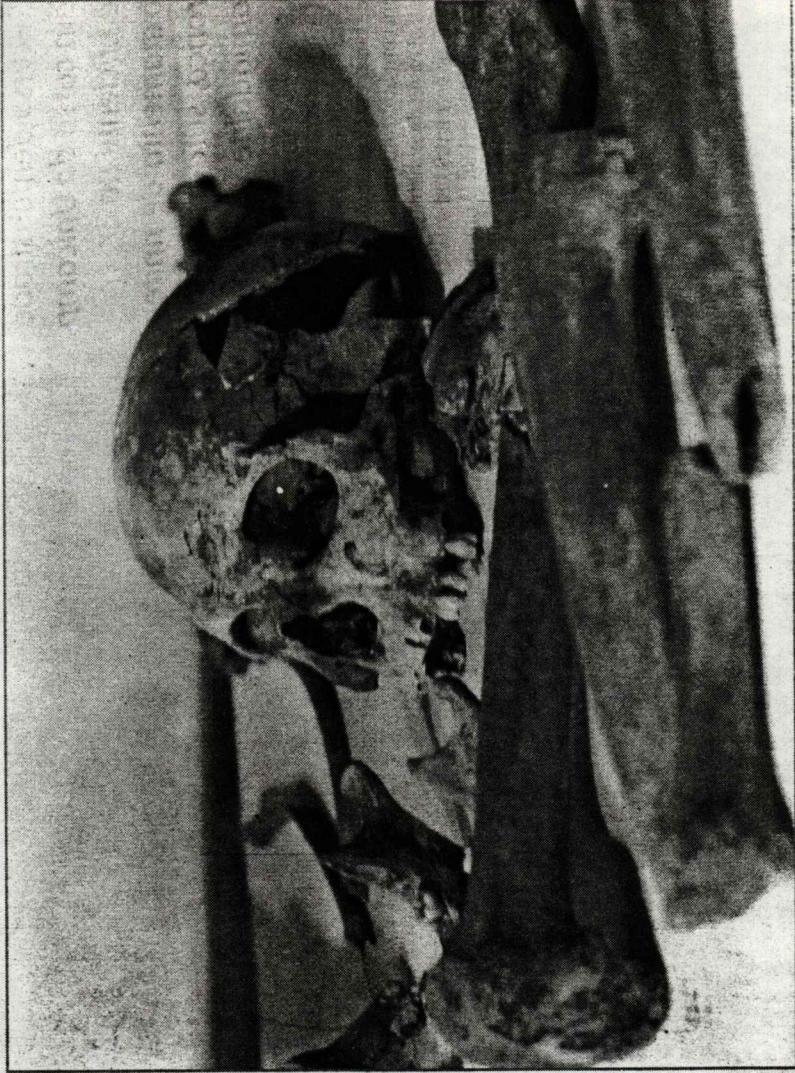
sidade de contratação de terceiros)", comenta a nota.

O deputado Renato Simões contesta o fato do legista Badan ter dois empregos públicos. Segundo Renato, o legista já recebe dois salários, um pela Secretaria de Segurança Pública (como médico legista do Instituto Médico Legal) e outro pela Unicamp (como professor).

"Ele ainda tem coragem de pedir mais uma verba para continuar a análise das ossadas. Ao reter as ossadas e não fazer as análises das mesmas, Badan Palhares está ex-torquindo o Estado", destacou Renato.

Outro detalhe questionado por Renato é quanto ao fato do legista ter identificado seis ossadas no período da prefeita Luiza Erundina (PT). "É muita coincidência, mas depois que o prefeito Paulo Maluf assumiu a Prefeitura de São Paulo em 92, não foi feito mais nada nesse sentido", contesta o deputado.

Arquivo



Unicamp nega que a demora nos trabalhos de identificação das ossadas tenha motivos políticos

Campinas, 05 de Setembro de 1996.

AOS
SINDICATOS FILIADOS

URGENTE

REF.:- FGTS - PLANOS VERÃO e COLLOR

Pelo presente a SUBSEDE DA CUT-CAMPINAS, convoca em caráter de urgência reunião com todos os sindicatos filiados, para dar encaminhamento à AÇÃO CÍVEL PÚBLICA (vide Edital, em anexo), referente ao FGTS na vigência dos Planos acima citados, para

DIA: 06.09.96 (Sexta Feira)

HORÁRIO: 10 HORAS

LOCAL: SIND. DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS - Rua
Ferreira Penteado, 460.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos com

SAUDAÇÕES CUTISTAS

Emanuel Melato

p/ Coordenação da Subsede da CUT-CAMPINAS

Campinas 02 de Setembro de 1996

AOs
SINDICATOS FILIADOS

URGENTE

RE: - FGTS - PLANOS VERÃO e COLÍBOR

Pelo presente a SUBSEDE DA CUT-CAMPINAS, convoca em caráter de urgência reunião com todos os sindicatos filiados para encaminhar a AÇÃO CÍVEL PÚBLICA (vide Edital em anexo), referente ao FGTS, na visando aos Planos Primavera e Verão.

DATA: 06.09.96 (Segunda-Feira)

HORARIO: 10 HORAS

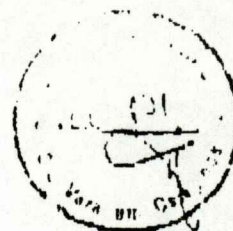
LOCAL: SIND. DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS - Rua
Petrópolis, 450

Sem mais para o momento, subscritores com

SAUBAÇÕES CUTISTAS
Fernando Melo
em Coordenação da Subsede da CUT-CAMPINAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL



EDITAL COM PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 96.0604520-0, PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL CONTRA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E UNIÃO FEDERAL.

A DOUTORA LEIDE POLO CARDOSO TRIVELATO, JUÍZA FEDERAL DA 2ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL, SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINAS-SP,

F A Z S A B E R, aos que o presente edital, com o prazo de 40 (quarenta) dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo se processam os autos da AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 96.0604520-0, promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a UNIÃO FEDERAL. Que, conforme petição inicial, o M.F.P., em decorrência da representação nº 137/96, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas, Indaiatuba, Valinhos, Morolândia, Sumaré, Monte Mor, Paulínia, Nova Odessa e Americana foi proposta a supra mencionada Ação Civil Pública, visando o recálculo dos valores depositados nas contas de F.G.T.S. dos trabalhadores, ora sob a administração da Caixa Econômica Federal, segundo os percentuais de inflação real do período, sem os devidos expurgos (48% em janeiro de 1989 e 44, 80% em abril de 1991) além dos juros moratórios.

Para tanto, nos termos do artigo 94 do Código de Defesa do Consumidor, é expedido o presente edital a ser publicado, na Imprensa Oficial, para a intervenção, como litisconsortes, de todos aqueles trabalhadores optantes do FGTS, que, no período alcançado pelos Planos "Verão" e "Collor", possuíam contas vinculadas, inclusive aqueles que já as movimentaram. E para que chegue ao conhecimento de todos se passou o presente, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma acima. Dado e passado nesta Cidade de Campinas-SP, aos treze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e seis.

Eu, *[assinatura]*, Aux. Judiciário, datilegrafei e conferi. E, eu, *[assinatura]*, Diretora de Secretaria, conferi, subscrevo e assino.

[assinatura]
LEIDE POLO CARDOSO TRIVELATO

Juiz Federal

2ª Vara Federal - Campinas

